



---

**29º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT**

**18 de dezembro de 2011**

**GRUPO III: DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO,  
DIREITOS HUMANOS**

**- PRIMEIRA PARTE -**

**DISSERTAÇÃO**

Elabore um parecer sobre a recepção constitucional (ou não) do crime de autoaborto ou aborto consentido (art. 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque. Pena – detenção, de um a três anos) e aborto praticado com consentimento (art. 126. Provocar aborto com o consentimento da gestante. Pena – reclusão, de um a quatro anos), levando em conta, em seus argumentos constitucionais, além da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pelo menos, o direito à vida e à liberdade, os direitos sexuais e reprodutivos, a saúde pública, a condição jurídica e social da mulher, o caráter laico do Estado e a integridade do sistema jurídico-constitucional. (Valor: 40 pontos)

**QUESTÃO**

O conceito ou ideia de Constituição pode fundamentar o reconhecimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento sustentável, mesmo que não esteja expressamente estabelecido em norma jusfundamental? Justifique. (Valor: 10 pontos)

**- SEGUNDA PARTE -**

**QUESTÕES**

**1)** A Resolução n. 7 do Conselho Nacional de Justiça vedou a prática do nepotismo no Judiciário Brasileiro. O Supremo Tribunal Federal decidiu que a referida Resolução era válida. Considerando esse precedente, disserte sobre as transformações pelas quais passa o princípio da legalidade da administração pública no direito brasileiro contemporâneo. (Valor: 20 pontos)

**2)** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é beneficiária de imunidade tributária recíproca e se lhe aplica o privilégio da impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços. Considerando essa orientação jurisprudencial, disserte sobre o regime jurídico incidente sobre as empresas públicas e sociedades de economia mista. (Valor: 10 pontos)

**3)** Edital de Licitação permite a participação de empresas em consórcio. Com base na legislação e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue, apresentando fundamentos, as seguintes afirmações:

a. Não é possível somar a qualificação técnica e econômica das empresas consorciadas para efeito de habilitação. (Valor: 05 pontos)

b. O cumprimento dos requisitos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deve ser comprovado por todas as empresas que participam do consórcio, não bastando que apenas uma das empresas consorciadas o comprove. (Valor: 05 pontos)

(Valor total: 10 pontos)

**4)** Servidora pública é exonerada do cargo em comissão que ocupa assim que comunica estado de gravidez a seu superior hierárquico. Assiste a essa servidora direito à indenização? Responda justificadamente, com referência aos preceitos legais e constitucionais aplicáveis. (Valor: 10 pontos)